

PLANO CENTRO CIDADÃO E O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO CIDADÃO

Citizen Center Plan and the urban-citizen space planning process

Resumo

Em 2014, a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Prefeitura do Recife (PCR) firmaram um Convênio de Cooperação Científica, Técnica e Financeira objetivando a formulação de diretrizes urbanísticas, plano urbanístico e projeto urbano para parte do Centro Expandido Continental do Recife, área central e histórica da cidade que sofre com a decadência física e a pressão imobiliária por renovação urbana. Este Artigo apresenta o objeto desse convênio - o Plano Centro Cidadão - e os resultados da I Oficina Colaborativa Cidadã, uma das estratégias de colaboração social do plano, que envolveu a participação de diversos atores, visando à construção de um desejo coletivo para este território da cidade. Foi um evento catalisador que agregou as diversas partes interessadas, com o objetivo de produzir as premissas para um plano urbanístico integrado e consensual. Observou-se, a partir da análise de conteúdo dos dados extraídos da oficina, que os participantes têm uma expectativa significativa com relação aos espaços públicos. Esse protagonismo do espaço público ratifica e complementa a hipótese da equipe técnica do plano que há um anseio social evidente por um “Espaço Urbano Cidadão, onde espaços públicos e privados são planejados de maneira conjunta e complementar”.

Palavras-chave: Espaço público. Colaboração social. Planejamento urbano.

Andrea Câmara

Doutora em Urbanismo pela Universitat Politècnica de Catalunya. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. E-mail: andreamarama@hotmial.com

Robson Canuto

Mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. E-mail: robsoncanuto.arq@gmail.com.br

Paula Maciel

Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. E-mail: pmrsarq@gmail.com

Clarissa Duarte

Mestre em Planejamento Urbano e Dinâmica dos Espaços pela Université Paris1-Sorbonne. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. E-mail: duarte.clarissa@gmail.com

O Plano Centro Cidadão, objeto do Convênio de Cooperação Científica, Técnica e Financeira firmado entre a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), em 2014, tem por objetivo o desenvolvimento, estudos, diretrizes e propostas urbanas de referência para o “Centro Continental do Recife”. Parte do Centro expandido que compreende a área é delimitada pela avenida Governador Agamenon Magalhães e toda a frente d’água banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe, formada pelos

bairros dos Coelhos, Ilha do Leite, Boa Vista, parte do Paissandu, Soledade e Santo Amaro, compreendendo uma superfície correspondente a 605,8 ha, com população residente de 54.359 habitantes (INSTITUTO..., 2010).

O Centro Continental Expandido do Recife, que contém o Centro Urbano Principal do Recife¹, desde a segunda metade do século XVII, foi objeto de inúmeros planos urbanísticos e projetos urbanos que, parcialmente implementados, configuraram a sua feição urbana e o seu traçado urbano. Os planos e os projetos propostos e/ou colocados em prática foram, em grande parte, responsáveis pela elaboração das sucessivas normativas urbanísticas responsáveis pelo ordenamento da ação pública e privada sobre o território, independente da escala.

O Centro Continental Expandido do Recife coincide com o território de fundação da cidade. Nos fins do século XVI, a povoação do Recife era apenas um lugarejo onde habitado por pescadores e os oficiais da ribeira. A vila era configurada pelos armazéns de estocagem de mercadorias, principalmente o açúcar (MELO, 1978).

Entre 1637-1644, sob o domínio holandês, a ocupação urbana transpõe o rio Capibaribe ocupando a Ilha dos Navios e de Antônio Vaz, hoje bairros de Santo Antônio e São José, com base no primeiro plano urbanístico da cidade (POST, 1639). Entre as pontes propostas se destaca a que ligaria pouco mais tarde a *Mauritzstaadt* ao atual bairro da Boa Vista, a partir do Palácio da Boa Vista (atualmente local do Convento do Carmo). Tem-se início a urbanização do oeste, a partir de onde se estendem as terras dominadas pelos canaviais e pelos engenhos. Apesar de iniciada no século XVII, o maior desenvolvimento urbano do bairro somente viria ocorrer um século depois, estendendo-se durante todo o século XIX.

Até metade do século XIX, o bairro da Boa Vista praticamente só possuía construções contíguas até a igreja de Santa Cruz e a atual Rua Gervásio Pires, embora ocorressem algumas construções até a altura da Soledade. A área correspondente, atualmente, à rua da Aurora, em seu trecho mais a leste, era ocupada por águas ou por terrenos alagadiços. Não existia o bairro de Santo Amaro. O Cemitério de Santo Amaro, construído em 1851, estava fora do perímetro urbano na época.

¹ (ZEDE Centro Principal, segundo o art. 132 do Plano Diretor do Município do Recife, Lei nº 17.511 de 29/12/2008). O Centro Expandido é um dos centros principais do Recife, sendo o outro localizado no bairro de Boa Viagem, este último não sendo objeto do Convênio em questão.

Em 1870, o bairro da Boa Vista se configura como núcleo de articulação das áreas de expansão urbana do Recife (Ver Figura 1). A partir dele se bifurcam: (1) os percursos de bonde e trem urbano tanto em direção a Torre, a Madalena e a povoação da Caxangá (ao longo da "Estrada de Caxangá", hoje Av. Caxangá), como em direção aos então subúrbios de Capunga, Santana, Casa Forte e Monteiro, ao longo da margem esquerda do Capibaribe; e (2) uma outra ramificação com destino à Olinda, passando pela Encruzilhada e Campo Grande. Observa-se, desta forma, a importância do sistema viário na formação da cidade. Em 1907, já se verifica a densa ocupação dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e parte do atual Boa Vista. Em 1940, estimava-se a população urbana da cidade em 308 mil habitantes, dos quais grande parte morava nos bairros da Boa Vista e Santo Amaro. Essa população ocupava, então, 62 mil moradias.

A partir das décadas de 1940 e 1950, o Recife se estende para a periferia dos bairros de origem da cidade, que se transformam, pouco a pouco, de habitacional para terciários. A decadência da habitação no centro coincide com o apogeu da instalação das sedes das principais instituições financeiras, comerciais e de serviços. Essas atividades, somadas ao centro político-administrativo e aos equipamentos culturais do Recife então distribuídos nos bairros centrais, desfrutam de um amplo protagonismo até a década de 1970 e, principalmente, até os anos de 1980, quando o bairro de Boa Viagem passa a exercer forte influência na configuração das centralidades do Recife. Ao longo das décadas seguintes, novas centralidades são configuradas. Mesmo não recuperando o seu protagonismo habitacional de outrora, os bairros centrais, hoje Centro Expandido Continental do Recife, ajustaram-se ao processo de decadência como centro de comércio e serviço populares, educacional, institucional e de novas tecnologias. Ainda assim, observa-se uma ociosidade na utilização de sua infraestrutura instalada e de seus edifícios históricos.

No momento atual, a população moradora e os usuários dos bairros centrais do Recife sofrem tanto pela decadência física como pela ausência de acesso ao estoque imobiliário existente e pela pressão imobiliária pela renovação urbana. Esta última, resultante de uma prática histórica de substituição do patrimônio construído por novas construções, com aumento excessivo do potencial construtivo ofertado pelas legislações urbanísticas vigentes.

Neste contexto, o interesse comum da UNICAP e da Prefeitura do Recife é a oportunidade de formulação de diretrizes urbanísticas, plano urbanístico e projeto urbano, capazes de responder às demandas atuais e futuras do território e de sua população. Um plano que analise as necessidades urbanísticas (de infraestrutura urbana, econômicas e sociais, de

conflitos viários e de mobilidade), que pense e repense a paisagem do lugar, como fonte de história e orgulho do cidadão recifense, que seja integrador de pessoas e de trocas, e, acima de tudo, que seja inovador.

Figura 1: Centro Expandido Continental



Fonte: elaboração dos autores a partir do mapa Unibase.

Como parte das metas a serem atingidas pelo Plano Centro Cidadão¹ está a elaboração de: I - Plano Metodológico -, que contém a proposta de metodologia para o desenvolvimento integral do plano; II - Estudos Integrados do Centro Expandido Continental do Recife -, que apresenta uma leitura geral do território balizada em estudos e dados existentes, contemplando a atualização e articulação das diversas informações; III - Diretrizes Urbanísticas para o Centro Expandido Continental do Recife -, que apresenta análise urbana do território e elabora diretrizes urbanísticas gerais; IV - Plano Urbanístico do Setor de Tecnologia da Informação e Economia Criativa -, que contém estudos, diretrizes e propostas urbanísticas, visando à revisão e atualização dos atuais parâmetros de planejamento e controle urbano de área localizada na porção leste do território; V – Projeto/Desenho Urbano do Setor de Ensino e Conhecimento -, que desenvolve estudos, diretrizes e projeto de desenho

¹ O convênio foi firmado em outubro de 2014 e tem previsão de término em junho de 2016, portanto, encontra-se em fase de elaboração. Até agosto de 2015, 2 etapas já foram realizadas: o Plano Metodológico e o Estudos Integrados do Centro Expandido Continental do Recife.

urbano para ruas específicas do território. Também serão disponibilizados para a sociedade as publicações dos Cadernos de Desenho Urbano, que servirão como cartilhas de referência para futuros estudos e projetos de espaços públicos e privados, tanto para a área geral de estudo como para outras áreas da cidade.

Entre os eventos e atividades de apoio social à elaboração do Plano está a realização de Oficinas Colaborativas Cidadãs (UNICAP; PCR, 2015) em que a sociedade, de maneira geral, expressa seus desejos e opiniões sobre o território. Tais oficinas constituem ocasiões de concertação entre o poder público, a sociedade civil e a equipe técnica do plano, visando à construção de um desejo de futuro da cidade a partir dos anseios dos diversos atores sociais.

A OFICINA COLABORATIVA CIDADÃ COMO ESTRATÉGIA DE COLABORAÇÃO SOCIAL DO PLANO

Uma das iniciativas de colaboração social¹ do Plano Centro Cidadão ocorreu em 02 junho de 2015, na Universidade Católica de Pernambuco. Na ocasião, foi realizada a primeira Oficina Colaborativa Cidadã do plano, na qual a sociedade - representada por diversas entidades, associações e instituições públicas e privadas -, pôde expressar seus desejos e opiniões acerca do Centro Expandido Continental do Recife. Foi um evento catalisador que agregou as diversas partes interessadas no território, com o objetivo de produzir as premissas para um plano urbanístico consensual, visando à construção de um desejo coletivo para este território da cidade.

Entende-se que a colaboração social por meio das Oficinas Colaborativas é fundamental no processo de elaboração do Plano Centro Cidadão, pois permitirá que os envolvidos não apenas colaborem com a sua construção, mas se tornem também coautores do plano. Dessa forma, pretende-se que o apoiem e o adotem. Almeja-se, portanto, não a participação passiva, mas a colaboração ativa durante todo o processo de elaboração do plano. É o exercício do processo democrático de pensar a cidade e o caminho mais natural para alcançar o êxito social do plano.

De acordo com o National Charrette Institute (LENNERTZ, 2006 apud FARR, 2013, p. 73), a colaboração é um dos valores que deve ser internalizado por todos os participantes no processo dinâmico de planejamento, desde a coleta de dados até a implementação.

¹ Também foi disponibilizado um canal de colaboração social *on-line* no portal do Plano Centro Cidadão – CENTRO CIDADÃO.ORG -, possibilitando que qualquer pergunta, sugestão ou contribuição pudesse ser feita em qualquer momento.

A contribuição de cada indivíduo ajuda a produzir o melhor resultado. Quando os patrocinadores de um projeto mantêm este valor, os atores são vistos como membros de uma equipe maior que têm contribuições valiosas e são essenciais para a implementação. (LENNERTZ, 2006 apud FARR, 2013, p. 73).

A primeira Oficina Cidadã reuniu representantes de várias entidades atuantes no Centro Expandido Continental do Recife e setores da administração pública. Esses atores foram classificados em locais, setoriais e institucionais:

- a) os atores locais são os representantes de associações, sindicatos ou organizações que atuam no Centro Expandido Continental;
- b) os atores setoriais são representados pelas entidades de classe e movimentos sociais que de algum modo se interessam ou possuem afinidades com questões relativas ao planejamento urbano;
- c) os atores institucionais são formados por representantes da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal.

Quadro 1: Configuração da participação de atores sociais na 1 Oficina Colaborativa Cidadã

CLASSIFICAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (%)
Dinamizadores e pessoal de apoio	20%
Equipe técnica do Plano Centro Cidadão	16%
Atores institucionais	40%
Atores setoriais	12%
Atores locais	12%

Fonte: UNICAP, 2015.

A seleção das entidades buscou o maior nível de representação social e institucional possível, privilegiando aquelas que se fazem representar por um maior número de atores. Assim sendo, em detrimento da participação de todos os moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais e de ensino existentes no território, por exemplo, privilegiaram-se as entidades que os representam. Totalizando, foram convidadas 80 entidades e cada uma pôde ser representada por dois participantes. Compareceram à oficina 98 participantes, sendo 12 locais, 12 setoriais, 39 institucionais, 16 integrantes da equipe do Plano Centro Cidadão e

19 dinamizadores e pessoal de apoio. Do número total de participantes, 9 pertenciam a entidades locais, 8 a setoriais e 25 a institucionais, perfazendo 42 entidades, conforme mostra a figura 01, em percentuais (Ver Quadro 1).

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

A fim de possibilitar a colaboração efetiva de todos os atores durante a oficina, os participantes foram divididos em oito grupos com no máximo 10 integrantes. Na formação dos grupos, buscou-se obter a maior heterogeneidade de atores possível de modo que pudessem melhor dialogar e interagir durante todo o trabalho. A oficina foi dividida em três etapas:

- a) identificação das relações com o território;
- b) identificação dos desejos e sonhos individuais e coletivo; e,
- c) identificação das forças existentes e das necessidades do território para a realização do desejo e sonho coletivo.

Figura 2: Configuração da participação de atores sociais na 1 Oficina Colaborativa Cidadã



Fonte: UNICAP (2015).

Os trabalhos foram precedidos de uma apresentação do Plano Centro Cidadão feita pela equipe técnica da Universidade Católica de Pernambuco e do Instituto da Cidade do Recife Pelópidas Silveira / Prefeitura do Recife. A apresentação visou a elucidar o objeto, os objetivos, a metodologia, os conceitos norteadores e os produtos do plano. Também foi esclarecida a dinâmica da oficina e, em seguida, os participantes foram conduzidos ao salão receptivo da Universidade Católica de Pernambuco, um espaço linear que possui face em

vidro, com vista panorâmica para o jardim da Biblioteca Central Padre Aloísio M. de Carvalho, o que propiciou um ambiente de relaxamento favorável à dinâmica da oficina.

Etapa 1 – Identificação das relações com o território

Na primeira etapa, os diversos atores foram apresentados ao Centro Expandido Continental por meio de uma imagem de satélite em grande formato, contendo a divisão e indicação dos bairros que o compõe e, posteriormente, foram questionados sobre as suas relações pessoais – lembranças, sentimentos e/ou atividades atuais – com o Centro Expandido Continental. (Ver Figura 2) Com esta pergunta os participantes de cada grupo começaram a perceber que o Centro Expandido Continental do Recife é um local que faz ou fez parte da vida de muitas pessoas. É um local que tem muita vida, potencial e é necessário pensar na requalificação do espaço público local.

Etapa 2 – Identificação dos desejos e sonhos individuais

Na segunda etapa, os participantes foram solicitados a expressar os seus desejos para o futuro do Centro Expandido Continental do Recife por meio de frases, palavras-chave e desenhos. Canetas foram distribuídas entre eles e, na sequência, foram solicitados a escrever no painel de vidro do salão (ver Figura 3). Assim, buscou-se despertar o sentimento de pertinência entre todos os participantes, uma vez que, ao escrever e desenhar seus desejos, todos sentiram-se elaborando o plano, isto é, fazendo parte dele. Os desejos individuais deram forma a uma “árvore de desejos”. (ver Figura 4). Cada participante foi, posteriormente, incentivado a explanar sobre seu desejo individual para os demais integrantes do grupo. Enquanto os integrantes debatiam, um relator registrou, no painel de vidro, os principais termos citados referentes ao território.

Etapa 3 - Identificação do desejo coletivo e das forças e necessidades no território para a realização do desejo e sonho coletivo

Nesta etapa, todos foram incentivados a negociar um desejo que representasse as vontades dos integrantes do grupo, isto é, a, em consenso, escolher, dentre os diversos desejos individuais e a partir deles, um desejo coletivo. Em função do desejo coletivo apontado, o grupo escreveu no painel de vidro as forças existentes no território que potencializam a realização deste desejo, e, de outro lado, as necessidades que o obstaculizam. Complementarmente, foi solicitado aos participantes a espacialização de tais forças e necessidades sobre a imagem de satélite do território, com o auxílio de *post-its* em duas cores (azul e rosa), sendo o azul *post-it* para indicar as forças e o rosa para as necessidades.

Figura 3: Configuração da participação de atores sociais na 1 Oficina Colaborativa Cidadã



Fonte: UNICAP (2015).

Vale ainda ressaltar que cada um dos oito grupos formados foi identificado por uma cor. Durante o processo de credenciamento, cada participante recebeu uma fita de cor correspondente à do grupo que iria integrar. Assim, os participantes puderam identificar seus grupos e juntar-se a eles. Cada grupo teve a participação de facilitadores, que juntos instruíram os participantes e registraram as informações em um relatório. Os dados extraídos dos relatórios foram sistematizados por grupo e em três partes:

- a) descrição das equipes;
- b) expressão dos desejos individuais;
- c) expressão do desejo coletivo e mapeamento de forças e necessidades.

DESCRIÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

O método utilizado para o exame dos dados extraídos dos relatórios foi a “análise de conteúdo” (BARDIN, 2008, p.40). “É conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. O interesse não está na descrição do conteúdo, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 2008, p. 40). O método descrito por Bardin (2008) se estrutura em três fases:

- a) **pré-análise:** escolha, levantamento do material e elaboração da hipótese e objetivos;
- b) **exploração do material:** identificação de conceitos-sínteses;

- c) **tratamento dos resultados:** agrupamento dos conceitos em categorias para a identificação dos atributos.

Entende-se que, a própria forma de estruturação da Oficina Cidadã - por meio de dinâmicas e registros, visando à obtenção de dados com finalidades específicas - constitui a etapa de pré-análise. Dessa forma, a investigação foi concentrada em explorar o material, procurando identificar a relação entre as vontades dos participantes e os seis eixos temáticos discutidos neste estudo (Uso e Ocupação do Solo, Economia Urbana, Patrimônio Construído, Mobilidade Urbana, Espaços Públicos e Infraestrutura). Assim, foi possível captar o nível de expectativa social dos atores quanto a esses temas. O tratamento dos dados foi elaborado a partir do agrupamento de desejos por similaridades entre si e relações com os eixos, o que permitiu identificar os atributos de cada eixo que os participantes mais desejam. Os resultados são discutidos a seguir.

O PROTAGONISMO DO ESPAÇO PÚBLICO NA COLABORAÇÃO SOCIAL

A Oficina Cidadã relevou que os participantes têm uma expectativa significativa com relação aos espaços públicos. Dos 169 desejos elencados pelos diferentes atores 68 (equivalente a 38% do total) concernem aos espaços públicos, em particular a uma maior oferta e qualidade desses espaços. Esses anseios foram agrupados, por similaridade, em cinco conjuntos de desejos:

- a) acessibilidade, caminhabilidade, calçadas mais livres e seguras (22 desejos);
- b) integração, articulação entre as áreas de lazer (20);
- c) mais verde, sombra, praças e parques (15);
- d) mais segurança (10); e,
- e) a poesia das ruas (1)

Verifica-se uma clara demanda social por melhoria das condições de acessibilidade nos passeios públicos do Centro Expandido Continental, a partir do desenho urbano de calçadas mais protegidas e sem obstáculos para se caminhar com segurança. Também, mais integração e articulação espacial entre os espaços livres públicos, com eliminação de barreiras entre esses espaços e as áreas de lazer, visando a favorecer a uma maior apropriação desses lugares pelo cidadão. Anseia-se, igualmente, por uma maior oferta de espaços livres verdes (parques, praças e jardins) sombreados; mais segurança, não necessariamente o policiamento, mas especialmente a amplificação do sentimento de segurança que perpassa a vigilância

social e a permeabilidade das interfaces arquitetônicas entre os âmbitos público e privado. Além do resgate da dimensão poética da vida pública - a reconquista das ruas pelos cidadãos.

Como está demonstrado no Quadro 2, a seguir, do total de desejos, 39 (19%) referiam-se a aspectos concernentes ao uso e ocupação do solo, um número também expressivo que reflete um maior envolvimento dos cidadãos recifenses com as questões urbanas e o planejamento urbano da cidade. Desses, pôde-se identificar também cinco agrupamentos:

- a) legislação, planejamento e ordenamento (10 desejos);
- b) habitação, habitação social (10);
- c) atividades de lazer, cultura e educação (7);
- d) polos multifuncionais (2);
- e) desenvolvimento integrado das áreas (5).

Quadro 2: Expressão dos desejos individuais concernentes aos eixos temáticos estudados no Plano Centro Cidadão¹

EIXO TEMÁTICO	EXPECTATIVA SOCIAL
Espaços Públicos	38%
Uso e Ocupação do Solo	19%
Mobilidade Urbana	18%
Outros	11%
Patrimônio Construído	6%
Infraestrutura	5%
Economia Urbana	3%

Fonte: UNICAP (2015)

Observa-se, neste conjunto de agrupamentos, expectativas de revisão da legislação de uso e ocupação do solo e dos parâmetros urbanísticos que desenham a forma urbana do território, bem como o planejamento integrado, com impacto positivo no ordenamento territorial. Espera-se, igualmente, mais oferta de moradias no centro e qualificação daquelas instaladas em Zonas de Interesse Social. Também se identifica demanda por mais atividades de cultura, educação e lazer; e o estímulo à diversificação de atividades, em contraposição à monofuncionalidade e polos funcionais. Além disso, a implementação de um modelo de

¹ Os desejos são: uso e ocupação do solo, patrimônio construído, economia urbana, mobilidade urbana, espaços públicos e infraestrutura

desenvolvimento urbano integrado promotor de interfaces e tipologias arquitetônicas consonantes com a escala humana e que favoreçam à vida urbana.

A mobilidade foi uma outra questão urbana apontada pelos participantes da oficina como sendo um aspecto que interfere diretamente na qualidade de vida da cidade, correspondendo a 18% dos desejos citados. Almeja-se, sobretudo, a oferta de transporte público de massa mais eficiente e, conseqüentemente, menos automóveis nas ruas, em particular, no Centro da Cidade do Recife. Igualmente, deseja-se a ampliação da rede de ciclovias e ciclo-faixas que facilitam os deslocamentos no meio urbano, ao passo que fortalecem a vida pública nas ruas - a vitalidade urbana.

Similaridades também são identificadas entre as principais expressões elencadas nos diversos desejos coletivos pactuados pelos integrantes dos grupos:

- a) **ordenamento e integração** do território para melhoria da **qualidade de vida**;
- b) requalificação, **integração** urbana e **humanização**
- c) cidade plena e **inclusiva** para todas as pessoas;
- d) espaço **humanizado e sustentável**;
- e) **vitalidade**;
- f) espaços públicos e privados que possibilitem a **coexistência humana inclusiva**;
- g) ação e desenvolvimento **integrado**.

A partir de uma síntese dos principais termos citados nesses desejos coletivos, compreende-se que os participantes almejam **uma cidade mais integrada, humana, inclusiva, sustentável e viva**.

Os resultados extraídos da colaboração social da 1º Oficina Cidadã, a partir da síntese dos desejos individuais e coletivos, reforçam e complementam a hipótese da equipe técnica do plano de que há uma expectativa social por um Espaço Urbano Cidadão¹ – uma concepção de espaço urbano resultante de um planejamento integrado, em que espaços públicos e privados são planejados de maneira conjunta e complementar (UNICAP, 2015).

¹ O *VOLUME I - Plano Metodológico* do Plano Centro Cidadão introduz as ideias de Espaço Urbano Cidadão, Rua Cidadã e Arquitetura Urbana, conceitos norteadores do plano, que visam a novas formas de integração entre os espaços públicos e privados. [Documento disponível para consulta no Escritório Técnico do plano, localizado no Bloco D da Universidade Católica de Pernambuco. Os conceitos foram previamente apresentados em trabalhos acadêmicos previamente publicados (DUARTE, 2012; DUARTE, 2014).

Figura 4: Infográfico da árvore dos desejos individuais elencados na Oficina com destaque para as expressões mais citadas pelos participantes.



Fonte: UNICAP (2015).

O Espaço Urbano cidadão abrange dois importantes conceitos: a) a Rua Cidadã e b) a Arquitetura Urbana. O primeiro tem o espaço público como plataforma principal e o segundo o espaço privado, ainda que ambos se interceptem e se relacionem entre si.

A ideia de Rua Cidadã considera a via como protagonista do Sistema de Espaços Públicos de uma cidade. A rua é o espaço público articulador dos demais espaços públicos e privados, dos equipamentos e também das pessoas. Assim, defende-se que, para planejar de forma coerente e integrada este sistema de espaços, tendo o conforto e a segurança dos cidadãos como principais objetivos de gestão, faz-se necessário estudar, planejar e projetar, simultaneamente, quatro elementos do desenho urbano definidores dos espaços públicos viários:

- a) a Mobilidade Humana (meios e superfícies de deslocamento);
- b) a Vegetação e natureza urbana;
- c) o Mobiliário Urbano; e,
- d) as Interfaces Arquitetônicas¹.

A rua é considerada como a “ÁGORA” contemporânea², o espaço principal das trocas sociais da atualidade.

O conceito de Arquitetura Urbana, por outro lado, parte do princípio de que o projeto do espaço privado deve ser guiado pelo planejamento do espaço público, e não o contrário. Este conceito propõe uma metodologia contemporânea de projetar a cidade fincada, ao mesmo tempo, na valorização e no respeito às preexistências e no reconhecimento dos avanços construtivos e da importância de remodelarmos, responsavelmente, parcelas importantes de nossas cidades. A consecução da Arquitetura Urbana está baseada em cinco propriedades espaciais:

- a) a Permeabilidade (física e visual);
- b) a Proximidade (alinhamento do edifício com a rua);
- c) a Proporcionalidade (entre os edifícios e entorno e entre edifícios e a escala humana);

¹ Estes elementos, denominados “Elementos de desenho da Coexistência”, foram definidos e classificados em pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2005 pela arquiteta e urbanista Clarissa Duarte Câmara, em sua dissertação de Mestrado intitulada “O Desenho da Coexistência: o impacto das políticas de planejamento urbano no uso dos espaços públicos-eixos urbanos de uma cidade brasileira: Recife” (DUARTE, 2005).

² O conceito da RUA ÁGORA, apoiado no Conceito do DESENHO DA COEXISTÊNCIA (DUARTE, 2005) foi definido para conceituar uma proposta de intervenção urbana para o entorno da Universidade Católica, proposta esta selecionada pela VII BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO, no ano de 2007, no concurso Internacional de Escolas de Arquitetura (Orientadores: Professora Clarissa Duarte Câmara e Prof. Ricardo Pessoa de Melo. Autores: alunos do sexto período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICAP, em 2007).

- d) a Variedade (de formas e de usos);
- e) a Viabilidade (urbana, política e econômica)

A compreensão de que o planejamento do espaço da cidade deve ser, sempre, definido e orquestrado pelo poder público, com o indiscutível compromisso do benefício integral da sociedade, reforça o princípio de que todo empreendimento construtivo deve ser consequência de um projeto cidadão e o de que toda arquitetura deve ser urbana.

São conceitos, portanto, convergentes com os objetivos e as expectativas sociais do Plano Centro Cidadão, de pensar em construções mais integradas aos espaços públicos adjacentes, onde a interação entre vida privada e vida pública pode ser vista como resultante positiva e necessária à qualidade de vida urbana e humana.

Figura 5: Infográfico do conceito do Espaço Urbano Cidadão



Fonte: Croquis elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira etapa de trabalho, procurou-se identificar as diversas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas aos espaços públicos e construídos do Centro Continental do Recife. Ficou claro que, em um primeiro momento, um dos principais objetivos a ser (re)conquistado no território em estudo relaciona-se, sobretudo, ao estímulo à COEXISTÊNCIA CIDADÃ nos espaços públicos e à necessária integração destes com os espaços privados.

Logo, percebe-se que, para (re)conquistar este objetivo, é necessário, antes de tudo, estimular o uso e priorizar a qualidade socioespacial dos espaços públicos, principalmente as ruas, do território (DUARTE; NÓBREGA, 2012).

Dessa forma, três metas prioritárias, dentre outras a serem estabelecidas no aprofundar do diagnóstico acerca do Centro Continental do Recife, devem ser alcançadas:

- a) a consideração da riqueza e diversidade da Paisagem Cultural do território estudado e as oportunidades que oferecem para a construção de um espaço urbano mais inclusivo, sustentável e democrático;
- b) reconquistar o sentimento de segurança dos cidadãos nos espaços públicos, tanto com relação à violência urbana, como em relação ao trânsito;
- c) permitir, nos espaços públicos, uma maior sensação de conforto aos cidadãos (conforto ambiental-térmico, acústico e atmosférico e conforto espacial-ergonômico e estético).

Por fim, verifica-se uma clara demanda social por melhoria das condições de acessibilidade nos passeios públicos do Centro Expandido Continental, a partir do desenho urbano de calçadas mais protegidas e sem obstáculos para se caminhar com segurança. Também, mais integração e articulação espacial entre os espaços livres públicos, com eliminação de barreiras entre esses espaços e as áreas de lazer, visando a favorecer uma maior apropriação desses lugares pelo cidadão. Anseia-se, igualmente, a uma maior oferta de espaços livres verdes (parques, praças e jardins) sombreados; mais segurança, não necessariamente o policiamento, mas especialmente a amplificação do sentimento de segurança que perpassa a vigilância social e a permeabilidade das interfaces arquitetônicas entre os âmbitos públicos e privados. Além do resgate da dimensão poética da vida pública - a reconquista das ruas pelos cidadãos.

O Plano Centro Cidadão continuará buscando capturar, nas próximas etapas de construção, as expectativas dos cidadãos, moradores e usuários, relacionadas ao território do Centro Expandido Continental. Em resposta a muitos que consideram ser o “processo colaborativo”

Uma exigência que desacelera o planejamento urbano, o Plano Centro Cidadão compreende, ao contrário, que a colaboração da sociedade é um importante catalizador e cristizador do processo de trabalho, permitindo a efetivação de um planejamento verdadeiramente inclusivo e integrado.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- DUARTE, Clarissa. **Le dessin de la coexistence: l'impact des politiques d'aménagement urbain sur l'usage de l'espace public**. Paris: Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, 2005.
- DUARTE, Clarissa. NOBREGA, M. Pela coexistência urbana: estratégias de planejamento para os espaços públicos viários. In: **Paisagens**. Recife: Prazer de Ler, 2012.
- DUARTE, Clarissa. **A arquitetura urbana e suas propriedades**. Recife: Notas de aula, UNICAP, 2014.
- FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- MELO, M. Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso Recife**. Recife: UFPE, 1978.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano centro cidadão: plano metodológico**. Recife, 2015. v. 1.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO; PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano centro cidadão: estudos integrados do centro expandido continental**. Recife, 2015. v. 2.

Abstract

In 2014, the “Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)” and “Prefeitura do Recife (PCR)” signed an Agreement on Scientific, Technical and Financial Cooperation aiming at the formulation of urban design guidelines, master plan and urban design for the part of “Centro Expandido Continental Recife”, historical and central area of the city that has been suffering from physical decay, and real estate pressure for urban renewal. This Article presents the object of this agreement - the “Plano Centro Cidadão” – and the results of the I “Oficina Colaborativa Cidadã”, one of social collaboration strategies of the plan, which involved the participation of various stakeholders, in order to build a collective desire for this area. It was a catalyst event to produce the bases for an integrated and consensual urban plan. One has observed from the content analysis of the data extracted from the workshop that participants have a significant expectation with respect to public spaces. This role of public space confirms and complements the hypothesis of plane team that there is a social expectation for an Espaço Público Cidadão (Citizen Public Space), in which public and private spaces are planned jointly and in a complementary way.

Key words: Public space. Social collaboration. Urban planning.